

Infiltração do crime exige colaboração entre segurança pública e controladoria, diz CGU

A infiltração do crime organizado na economia formal e nos contratos públicos cria a necessidade de uma intersecção entre os órgãos de segurança pública e os de controladoria, para haver investigação e combate mais eficientes.

A ideia foi apresentada pelo ministro da **Controladoria-Geral da União**, Vinicius Marques de Carvalho, no **XXVIII Congresso Internacional de Direito Constitucional**, organizado pelo IDP em Brasília, nesta quinta-feira (23/10).

Ele falou no painel sobre vigilância, segurança pública e processo penal, no contexto dos novos desafios para combater grandes organizações criminosas.

Nada disso é papel da CGU. Sua função é fazer o controle interno do governo federal, visando a transparência, integridade e bom uso dos recursos públicos. Isso é feito por meio de um amplo sistema de auditoria, o qual tem integrado aspectos da investigação criminal.

Isso não é exatamente uma novidade porque a CGU tem parceria com a Polícia Federal e ajudou em investigações amplas — a mais recente delas, ainda em andamento, é a que apura as fraudes nos descontos nos contracheques de aposentados por todo o país.

A intersecção entre segurança pública e controladoria se intensificou justamente porque as descobertas recentes indicam que o mercado de contratos públicos e da economia formal vem sendo contaminado pelo crime organizado mais tradicional.

“Isso faz com que a agenda tradicional de controle de políticas públicas tenha que incorporar mecanismos de inteligência na formatação de seu ferramental de investigação, elementos típicos de investigação na esfera criminal”, explicou o ministro.

CGU e técnicas de investigação

Essa construção de uma inteligência, que antes era vista como separada — partes destinadas ao combate ao crime, partes destinadas ao controle interno do governo —, hoje é mais difusa, o que tem impacto na colaboração investigativa entre PF e CGU.

“São mecanismos de trabalho conjunto que vão precisar ser cada vez mais aperfeiçoados para lidar com essa nova dimensão. A gente vai tender a ver em um futuro não tão distante mais articulação entre CGU, PF, Receita Federal e Coaf.”

A referência é à Receita e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras, ambos órgãos habilitados a produzir documentos fiscais sempre que identificarem suspeitas de crime — o Coaf é que faz os relatórios de inteligência financeira (RIFs).

“É claro que não é uma intersecção plena, porque estamos falando de contratos. Mas creio que a conformação desses mecanismos de inteligência, em conjunto, tende a permitir que a gente consiga aperfeiçoar os mecanismos de controle.”

Vinicius Marques de Carvalho defendeu que a segurança pública não seja reduzida à atividade policial. E apontou a importância de aperfeiçoar e uniformizar os padrões dos sistemas de controle das ouvidorias e corregedorias, também sob o chapéu da CGU.

Kenzo Suzuki/CGU



Vinicius Marques de Carvalho acredita que a aproximação entre segurança pública e controladoria se tornou necessária

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-out-23/infiltracao-do-crime-exige-colaboracao-entre-seguranca-publica-e-controladoria-diz-cgu/>